

TEMPO GEOGRÁFICO E HISTÓRIA: O PAPEL DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NO ESFACELAMENTO DA MEDIAÇÃO ENTRE O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIAS E O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS

Tom Adamenas e Pires

RESUMO

A ampliação do reconhecimento de que o neoliberalismo imprime uma aceleração sobre o movimento do real, bem como corrói a capacidade imaginativa e prospectiva do ser social sobre o futuro, tenciona à necessidade de adensamento do diálogo da ciência geográfica com a questão do tempo. Para tanto, recorreu-se ao expediente categorial do tempo geográfico, via as proposições de Pierre George, Milton Santos e Elvio Martins, pondo-o em diálogo com a filosofia da história, através das categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, propostas por Reinhart Koselleck, mediando a intersecção prioritariamente através da questão urbana na modernidade, bem como na atual quadra histórica, e da economia política. Encaminhou-se o entendimento de que a geografia, enquanto dado da realidade organizado dentro da relação entre sociedade e natureza, possui papel central na constituição do espaço de experiência, participando assim ativamente da composição dos horizontes de expectativa – e sendo também por estes determinada. A análise das transformações da geografia, mediante o cabedal de categorias do tempo geográfico, permite apontar as determinações próprias do neoliberalismo sobre a relação entre sociedade e natureza, aparentes no processo de urbanização das metrópoles dentro do contexto da crise estrutural do capital, e sua função no esgarçamento das experiências e na dissolução das expectativas.

Palavras-chave: tempo geográfico; espaço de experiência; horizonte de expectativa; neoliberalismo; história.

GEOGRAPHIC TIME AND HISTORY: THE ROLE OF THE RELATION BETWEEN SOCIETY AND NATURE IN BREAKING DOWN THE MEDIATION BETWEEN THE SPACE OF EXPERIENCES AND THE HORIZON OF EXPECTATIONS

ABSTRACT

The broadening of the recognition that neoliberalism prints an acceleration on the movement of the real, as well as erodes the imaginative and prospective capacity of the social being on the future, aims at the need to deepen the dialogue of geographical science with the issue of time. To this end, the categorical expedient of geographical time was used, through the propositions of Pierre George, Milton Santos and Elvio Martins, putting it in dialogue with the philosophy of history, through the categories of space of experience and horizon of expectation, proposed by Reinhart Koselleck, mediating the intersection primarily through the urban issue in modernity, as well as in the current historical court, and political economy. The understanding that geography, as a reality data organized within the relationship between society and nature, plays a central role in the constitution of the space of experience, thus actively participating in the composition of the horizons of expectation – and also being determined by them. The analysis of the transformations of geography, through the categories of geographical time, allows us to point out the determinations of neoliberalism on the relationship between society and nature, visible in the process of urbanization

of metropolises within the context of the structural crisis of capital, and its role in the fraying of experiences and the dissolution of expectations.

Keywords: geographical time; space of experience; horizon of expectation; neoliberalism; history.

Introdução

Compõe a experiência social, cada dia mais, uma espécie de desalento com o futuro. Mark Fisher vai chamar de “hedonia depressiva” (2020, p. 66) a condição contemporânea de necessidade crescente pelo hiperestímulo aliada a uma desesperança crônica, o que parece dialogar com a afirmação de David Harvey, de que “a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo” (1992, p. 259). Este desalento com o futuro, portanto, aparece como atrelado a um presente acelerado, fugaz. É desta condição dual da experiência contemporânea do tempo que parte a preocupação deste texto.

A discussão envolvida na noção de “aceleração do real” permeia ampla diversidade de campos teóricos, mas tende sempre a um núcleo, mais ou menos duro, que abarca filosofia, história e economia. Grande exemplo disso, o livro *O novo tempo do mundo*, de Paulo Arantes, propõe uma discussão própria à filosofia da história, mas que recorre sem restrições à economia política para fundamentar “materialmente” suas proposições, o mesmo podendo ser visto em Frederic Jameson ou Mark Fisher. David Harvey, por sua vez, articula de modo mais bem-acabado no debate interno à ciência geográfica a ideia de “compressão do tempo-espço”, quando de sua análise da pós-modernidade. A intenção deste texto será, dentro de suas limitações, buscar ampliar o contato entre a ciência geográfica e a (filosofia da) história, fazendo-o mediante a articulação da ideia de tempo geográfico.

Para nos acercar da problemática, apresentaremos um recorrido sobre o tema do tempo na ciência geográfica, centralmente a noção de *tempo geográfico* e algumas de suas abordagens. Buscaremos com isso acoplar um debate sobre o tempo à condição concreta própria a relação entre sociedade e natureza, objeto da ciência geográfica, com particular ênfase à questão urbana, o que nos permitirá uma aproximação às mobilizações teóricas sobre o tempo exógenas a esta ciência, em especial a filosofia da história de Reinhart Koselleck, cuja mobilização teórica entre o passado e o futuro, desde sua raiz ontológica, nos oferece um rico recurso para repensar as determinações geográficas sobre o ser social e a historicidade.

Tempo geográfico

A dimensão temporal sempre esteve, em maior ou menor medida, presente no discurso geográfico. O desenvolvimento das ciências naturais, particularmente a geologia e a zoologia, imputaram à ciência geográfica uma responsabilidade com o reconhecimento da finitude dos quadros geográficos e a possibilidade de realização de uma geografia histórica. Em sua aula inaugural, de curso ministrado em Bruxelas no ano de 1894, Élisée Reclus adiantara que

A história da Terra e aquela da humanidade em suas ações e reações contínuas, desde as origens conhecidas até aos tempos que se preparam, serão o objeto de nosso estudo. Para resumir nosso pensamento, buscaremos seguir a evolução da humanidade em relação às formas terrestres e a evolução das formas terrestres em relação à humanidade. (RECLUS, [1894] 2015, p. 103).

A relação entre sociedade e natureza já se apresentava não apenas como co-determinante, mas também *finita* em suas formas e estruturas, sujeitas à “evolução” na história, de onde se tornariam possíveis os estudos de geografia comparada. Ainda três décadas antes, George Marsh apontava não apenas a mobilidade do real na relação entre a humanidade e a natureza, mas “o risco da imprudência e a necessidade de cautela em todas as ações que, em larga escala, interfiram nos arranjos espontâneos do mundo orgânico e inorgânico” (MARSH, [1864] 1965, p. 3, tradução nossa). A natureza já ganhava, no plano teórico, um fundamento propriamente humano: “a natureza que vem a ser na história humana – no ato de surgimento da história humana – é a natureza *efetiva* do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura *estranhada*, é a natureza *antropológica* verdadeira” (MARX, [1844] 2010, p. 112)¹.

Ainda que posições críticas a um “espaço congelado”² tenham sua razão de ser, esse apontamento deve ser resguardado a particularidades da história da ciência geográfica, como a exemplo da chamada Nova Geografia, que encontrou na modelização e abstração temporal sua possibilidade de realização metodológica. Fato é que o reconhecimento de que a ordem espacial não é fixa

¹ Relevante apontamento de Marx, mas que deixa em aberto uma possibilidade que, apenas mais de século depois, se mostraria em sua contradição. Ora, se a natureza que se torna efetiva com a história humana (sendo a história natural, portanto, uma história propriamente humana) é uma natureza antropológica, ela nunca se alinhará, por mais efetivo que seja o conhecimento científico, aos processos que são próprios a uma natureza que anteceda à História, a uma “primeira natureza”. Isso posto em um contexto de alienação da relação entre humanidade e natureza tão predatório como o capitalista, acaba por descompassar os ciclos de reprodução do capital e da natureza em tamanho grau, que a racionalização da natureza que se constrói com o pensamento científico se esgota e a natureza recobra sua condição propriamente “irracional”, tornando-a novamente uma espécie de ameaça, fora do domínio da técnica e da ciência, na forma de “caos climático” ou “catástrofe ambiental”.

² “Se os geógrafos, por força da tradição de sua disciplina, não puderam abstrair a relação homem-meio no conceito de espaço, o fizeram, entretanto, no de tempo. Daí o espaço geográfico ter-se tornado, no dizer de Foucault, um espaço congelado” (MOREIRA, 2013, p. 66).

atravessou as mais distintas perspectivas teóricas da ciência geográfica. Esta presença, porém, não significa que exista, na mesma medida, um debate teórico extenso e coeso sobre a temporalidade junto à geografia. Milton Santos, ao tratar do tema, afirma que “o tratamento da questão do tempo nos estudos geográficos não é mais um tabu, mas testemunha, ainda, uma certa frouxidão conceitual. [...] É certo que Élisée Reclus havia escrito, há um século, que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo, mas essa frase, milionariamente repelida, jamais se pretendeu um guia de método” (SANTOS, [1996] 2008, p. 50). Esforços de teorização e sistematização de importante envergadura, contudo, existem, e será a partir deles que encaminharemos nosso argumento.

Pierre George e os três tempos

Pierre George nos trouxe valiosa contribuição ao tema, afirmando a existência do tempo geográfico a partir de três instâncias: sideral, comum e anômala. O tempo sideral nos informa sobre a determinação astronômica do movimento do real, i.e., o papel que os movimentos de rotação e translação planetário possuem no estabelecimento de padrões temporais, particularmente os de sucessão (a noite após o dia, o inverno após o outono) e de repetição (dia/noite/dia/noite etc.), embasando a noção de ciclo (repetição ordenada de uma sucessão). O que chama de tempo comum é o tempo cotidiano, a experiência ordinária da passagem do tempo na rotina dos indivíduos. Por fim, o tempo anômalo é o tempo contextual, histórico, cujas determinações alteram a experiência cotidiana informada pelo tempo sideral: “o tempo comum é parcela do tempo sideral, qualificada pelo tempo anômalo” (GEORGE, [1966] 1969, p. 48).

Concretamente, Pierre George olha para o tempo geográfico como forma de realização social a partir de uma determinação multifatorial, de ordem tanto natural quanto social, econômica. Neste sentido, caberia à ciência geográfica

(...) caracterizar o tempo comum de cada parte do globo, continente, parcela de continente ou região, descrevendo os ritmos cotidianos e sazonais dos homens que os ocupam. Por outro lado, deverá situar no espaço o impacto dos acontecimentos que interrompem e desordenam os ritmos do tempo comum. (GEORGE, [1966] 1969, pp. 52-53)

A preocupação da ciência geográfica com o tempo estaria, por um lado, em apontar a temporalidade particular à cada fração espacial estabelecida e o modo como as sociedades lidam com a repartição e o uso do tempo; e por outro avaliar as modificações (anomalias) que podem ser impressas sobre essa demarcação, sejam de caráter natural ou não. Segundo George, por exemplo, as sociedades

industriais imprimem singularidade ao tempo comum a partir de determinações de classe e do regime de trabalho (GEORGE, [1966] 1969, p. 62), o que aponta à determinação econômica do tempo vivido, bem como às alterações que o setor produtivo pode imprimir na experiência do tempo. A urbanização se particulariza no âmbito temporal pelo fracionamento de seu aspecto linear e sequencial, acrescenta o autor, uma vez que se segmenta com maior fixidez o período de realização para cada atividade, isso imediatamente ao distanciamento dos lugares de realização destas mesmas atividades. Trabalho, moradia, lazer, transporte... elementos que no contexto da ruralidade podem se confundir, tendem à maior demarcação espacial nas sociedades industriais.

Distanciando-se de abordagens que tomam o tempo como uma condição absoluta ou apriorística da realidade³, Pierre George aponta à condição histórica da Geografia, mas sem precisar abandonar o entendimento do tempo enquanto uma ordem mensurável do movimento. Não se trata, portanto, de negar uma abordagem científica da dimensão temporal, mas antes acessá-la desde uma perspectiva humana e, caro à ciência geográfica, dentro da relação entre sociedade e natureza. Trata-se enfim de uma noção de tempo geográfico que se faz a partir da descrição do movimento do geográfico, um atrelamento direto entre a categoria tempo e a de movimento.

A importância do corte propriamente histórico à existência do tempo feita por Pierre George é a de nos permitir distinguir, em sua identidade e diferença, as determinações naturais e históricas à realização do tempo. Aquilo que aparece como sideral, astronômico, emerge como fundamento natural aos pressupostos de ordenação cronológica da experiência, sendo a partir da aproximação à compreensão de sua dinâmica que o ser humano pode passar a agir sobre o mundo e ordená-lo. A repetição dos dias, do movimento astronômico e a sazonalidade climática ofertam a possibilidade da temporalização da existência, a partir da qual passamos a agir sobre o mundo, ordenando-o desde essa nova base, que já é propriamente humana.

Norbert Elias (1998) afirma que o tempo deve ser visto desde uma perspectiva social, como produto da apropriação humana de padrões naturais, visando a ordenação da realidade. Tempo, portanto, como síntese e abstração da natureza, mas que se complexifica socialmente. O tempo, diz, é ação,

³ Pomian nos lembra que, para Newton, o tempo existe como algo absoluto, existente em si mesmo, matemático e verdadeiro, sendo sua compreensão teórica o caminho para a exatidão do conhecimento; por sua vez, para Kant o tempo independe de qualquer experiência exterior, sendo uma categoria a priori do entendimento, i.e., uma condição da possibilidade do conhecimento. (POMIAN, 1993). Estas concepções sobre o tempo, ainda que distintas, estabelecem uma independência deste em relação à condição histórica e social dos indivíduos. Não se discute aqui a importância *relativa* desta reificação do tempo (considere-se por exemplo os ganhos científicos estabelecidos mediante uma interpretação cartesiana da realidade), mas ela é insuficiente à análise das experiências e determinações temporais através da história (e da própria possibilidade da história) e na geografia.

temporalização. Não se trata de algo em si, mas um produto histórico – e geográfico –, portanto contextual e mutável, mas cujas bases de possibilidade estão postas pela realidade concreta.

Colocar o tempo nos termos acima contribui para evitar sua reificação. Não afirmamos, a partir de Elias, que o tempo não determine a existência, pois ele o faz: o ser social se desenvolve em sua autorregulação também em bases temporais que viabilizam sua sociabilidade; mas destacamos que aquilo que se identifica como tempo é um ordenamento da realidade feito a partir de uma síntese, de uma abstração e, portanto, histórico-geográfico. Sobre isso concordaria novamente Pierre George: “o tempo geográfico é percebido e definido de modo diferente segundo os tipos de economia e os níveis de desenvolvimento” (GEORGE, 1970, p. 3).

Milton Santos, técnica e capital

Também Milton Santos nos oferece rico debate sobre o tempo geográfico. De partida, afirma ser o espaço quem determina o tempo, tomando como exemplo a reorganização do espaço na aceleração do tempo de giro do capital (SANTOS, [1994] 2008, p. 35). De modo mais amplo ainda, veremos, as modalidades de observação da temporalidade pela ciência geográfica estão subsumidas às análises sobre a técnica.

Um recorte importante a ser observado no pensamento miltoniano é a presença de duas temporalidades simultâneas: o tempo hegemônico e o não-hegemônico (SANTOS, [1994] 2008, p. 29). Aqui importa a distinção econômica, sendo hegemônico o tempo determinado pela dinâmica ampla de reprodução do capital e o não-hegemônico aquele que escapa, voluntariamente ou não, aos desígnios da valorização do valor.

Temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. Nesse sentido todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial (SANTOS, [1994] 2008, p. 29).

O que está em questão é a existência de uma temporalidade universalizada, que sincroniza as demais formas de experiência e realização do tempo. Há um tempo que determina os outros tempos, que operam de modo independente, mas com um sentido único, global, e portanto convergentes. Agora, tempo de que? Alhures, afirma:

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço de trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isso ou aquilo, desta ou daquela

forma, neste ou naquele *ritmo*, segundo esta ou aquela outra *sucessão*. Tudo isso é tempo (SANTOS, [1996] 2008, p. 55, grifo nosso).

Aqui o tempo se veste pela materialidade, aparecendo como formas cronológicas de realização do real dadas a partir da técnica. *Ritmo* e *sucessão* despontam como categorias de acesso ao mundo, mas que dependem da facticidade da técnica para ganharem concretude.

O que se desdobra a partir de Milton Santos é uma determinação do fluxo e experiência temporal a partir da realização capitalista do espaço. A temporalidade hegemônica é produto da implementação técnica mais desenvolvida e que garante o mais veloz e integrado ciclo de giro do capital. É hegemônica pois subsume todas as demais frações do espaço, mesmo as que não absorveram as técnicas em toda sua potencialidade. Os lugares, por sua vez, onde o tempo técnico não se realizou, permanecem como os lugares do tempo lento, i.e., não reprodutores do capital em seus *ritmos* necessários de circulação do valor. São nos lugares do tempo lento onde a infraestrutura urbana não alcança sua plena realização, demarcando assim a segregação socioespacial a partir da perspectiva técnica. Fala-se aqui das periferias urbanas, dos lugares pobres mas, também, de uma parcela dos lugares *velhos*.

Segundo Milton Santos, a necessidade de encurtamento do tempo de giro do capital, associado a outras causas contra-arrestantes, empurra a tecnização do espaço para a modernização, em um processo de aceleração do tempo dos lugares centrais. Alinhado a isto, a fragmentação do espaço urbano faz coexistir aos espaços técnicos os lugares envelhecidos, mais lentos, abertos à inversão de capitais decorrente do movimento de expansão imobiliária das cidades. Neste sentido, Santos aponta uma diferenciação na dinâmica temporal das frações do espaço urbano, i.e., nas suas capacidades de responderem às demandas do tempo hegemônico, dadas a partir da maior ou menor cristalização das técnicas: “As coisas, dado seu teor técnico e concreto, ‘comandam’ a temporalidade” (SANTOS, [1994] 2008, p. 89).

Junto às noções desenvolvidas acima, Milton Santos desenvolve também a categoria de *rugosidades*.

O que na paisagem atual representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidades* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, [1996] 2008, p. 140).

Formas passadas que permanecem e condicionam o trabalho a ser feito hoje. O espaço construído carrega consigo não apenas as diferentes temporalidades, no sentido cronológico já abordado, mas também distintas historicidades, posto que o rearranjo do espaço dificilmente é feito em sua totalidade. Cada momento da paisagem termina por apresentar formas produzidas em diferentes momentos e mediante distintos sentidos, tornando contemporâneas formas que não responderam ao mesmo tempo hegemônico em sua produção. São destas rugosidades que se abrem brechas para a criação de consensos⁴ que apontem ao envelhecimento de parcelas da cidade como fato determinante para o desenvolvimento de crises, urgindo seu atropelo por formas mais competitivas às cidades que existem enquanto balcões de negócios. Milton Santos nos lembra que “o trabalho morto, na forma de meio ambiente construído tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo” (SANTOS, [1996] 2008, p. 139) e, portanto, as ações que imprimem forma competitiva a frações da cidade são as mesmas ações que garantem a cristalização de formas envelhecidas nos lugares apartados das novas centralidades. A cidade fragmentada é esquizofrênica em suas temporalidades e marcas históricas, ao menos no que diz respeito a sua experiência cotidiana.

Outro conjunto importante de elementos temporais abordado por Milton Santos é o que se desdobra a partir da noção de *evento* (SANTOS, [1996] 2008, p. 143 *et seq*). O evento se define a partir de sua *presenticidade* e *singularidade*. Presenticidade por ser uma baliza entre passado e futuro, mobilizando marcadores históricos e abrindo possibilidade para eventos que o sucederão. Singularidade pelo conjunto único de determinações que o realizam e pela impossibilidade de repetição idêntica e retroação. Ademais, todo o evento se realiza no espaço. “Os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, [1996] 2008, p. 145). É da convergência de determinações que se realizam em um evento que espaço e tempo são demarcados. Referendando-se em Ernst Bloch, afirma que “o tempo somente é porque algo acontece, e onde algo acontece o tempo está” (SANTOS, [1996] 2008, p. 145).

O evento enquanto presente se totaliza primeiro em sua *duração*. É esta categoria que demarcará a estabilidade das relações internas de um evento qualquer, desde seu marco inicial até o momento de encerramento e, enfim, sua *sucessão*, que aponta para a linearidade cronológica da passagem do tempo.

⁴ Sobre a questão do consenso na produção capitalista das cidades, ver C. VAINER. *Os liberais também fazem planejamento urbano?*, 2013.

Para os marcadores espaciais do tempo, aponta-se a importância da ideia de *extensão* ou, na sua forma mais detalhada, a *escala*. A escala aparece aqui na delimitação da extensão geográfica e temporal de um evento. Milton usa o exemplo de um calendário escolar nacional (evento), que abrange um ciclo anual (tempo) em um espaço delimitado (território nacional). Complementa-se a noção de escala considerando sua origem e seu impacto, sendo que a origem auxiliará na compreensão da extensão do evento e seu impacto na sua duração, levando em conta ainda sua cristalização e determinação (*solidariedade*) em e para eventos simultâneos e futuros.

A centralidade espacial que Milton dá ao tempo vem também deste elemento da simultaneidade, posto que o tempo, considerado a partir de sua leitura sequencial, enquanto sucessão, tem apenas o presente enquanto realidade concreta, estando os demais elementos no campo da abstração. Já o evento, enquanto imediaticidade temporal e *locus* do simultâneo, da presença das diferenças, tem sua demarcação espacial mais forte e, sobretudo, concreta, presente na vida de todos (SANTOS, [1996] 2008, p. 145). É daí que afirma ser o tempo histórico um tempo abstrato e o tempo geográfico um tempo concreto.

Elvio Martins, a ordem e a finitude do real

Com Martins encontramos uma distinta, ainda que complementar, forma de abordagem da problemática do tempo geográfico, posta em operação a partir de suas preocupações teóricas com o tema da ontologia na geografia. De partida, importa a demarcação por ele proposta, distinguindo tempo e História, espaço e Geografia. História e Geografia são *processos* do real, dos quais tempo e espaço são, entre outras, categorias constituintes. A História depende de um *onde* e a Geografia, mediante um *quando*, apresenta suas partes. “Tempo e espaço não são móveis em si” (MARTINS, 2017, p. 144), sendo o movimento atributo dos entes. São, portanto, os entes em movimento que possibilitam que se fale em tempo e espaço.

O *movimento*, enquanto categoria, possui dimensão qualitativa e quantitativa, sendo relativo às mudanças dos entes em geral, i.e., à alteração da dinâmica de relações entre si, sendo por isso que “a alteração do tempo deve ser buscada na alteração das relações” (MARTINS, 2017, p. 147). Relações estas que se dão tanto entre os seres humanos, entre humanos e natureza e, em decorrência, entre os lugares.

Do ponto de vista temporal, o movimento se expressa pelo *ritmo*, sendo este “a intensidade variável das determinações presentes nas relações e durações entre os entes” (MARTINS, 2017, p. 151). A série de eventos que se apresenta nestas relações, após viabilizar a transformação do ente ou de

um conjunto de entes – transformações em-si e para-os-outros –, de modo conjugado, encerra um *ciclo*. Importa destacar que, para o autor, o encerramento e reinício de um ciclo não produz uma sucessão repetitiva, mas sua reposição em outra condição, suprasumido.

Outra categoria destacada na dinâmica exposta por Martins é a de *momento*, que reporta um *equilíbrio instável*, de certa duração, entre ritmos de diferentes relações.

A geografia enquanto processo tem em si a ordem/desordem dos entes localizados, ou seja, distribuídos. Esta condição representa um momento, um equilíbrio instável, portanto. Nesta trama de relações entre os entes localizados, as relações/ligações são as determinações em curso a partir de ritmo determinados.

(...) a ruptura do equilíbrio instável, o encerramento de um movimento, o término de uma duração desencadeia a sucessão. E aqui vamos de uma distribuição a outra. Altera-se e alterna-se a ordem das localizações. Esta representa a instalação de um novo equilíbrio instável. A geografia em seu movimento encontra, assim, sua expressão temporal nos ritmos instalados na duração (MARTINS, 2017, pp. 150-151).

A localização, agora posta no complexo categorial acima, deve ser entendida como algo relativo, dependente das demais localizações. O arranjo dos entes localizados compõe uma distribuição, sendo que este arranjo é um momento do ritmo de uma totalidade, com uma específica duração. Nesse sentido, a sucessão aludida se faz entre diferentes distribuições dos entes. Tempo geográfico, enfim, pode ser entendido, a partir do proposto por Martins, como a síntese rítmica em que se realizam as relações entre os diferentes entes distribuídos no mundo.

A demarcação do tempo geográfico, enfim, aponta para o fato de que as relações entre os entes distribuídos no mundo não são permanentes, eternas, mas cambiáveis e finitas. Essa constatação importa, para além de ser mais representativa da aproximação pretendida pela ciência ao mundo, pois se cola ao pressuposto ontológico de finitude do Ser, que entende os fundamentos da existência enquanto categorias históricas ou, além e ao lado disso, como o próprio Ser sendo histórico, pois produto das relações em que se insere. Nesse sentido, se afirmamos que há mobilidade relacional ôntica, então por derivação podemos afirmar que o conjunto de determinações que agem sobre os indivíduos, bem como a organização social consequente destas relações, alteram seu sentido a cada novo momento do arranjo rítmico.

“Concretizando”

Se arrolamos os pressupostos de tempo geográfico colocados pelos autores acima, caminhamos no sentido de entendê-lo enquanto *ordenação temporal e movimento das relações entre sociedade e*

natureza em sua dimensão espacial. Falar sobre o tempo geográfico, portanto, é falar sobre as constâncias e mudanças que ocorrem na constituição do real; é, enfim, falar sobre a existência e finitude do Ser.

Tomemos de exemplo um agrupamento rural pré-industrial, cuja organização social orbita a produção agrícola. A ordenação espacial produtiva pressupõe um conjunto de técnicas que conjumine a demanda de consumo humana às determinações edafoclimáticas. Pela particularidade dos objetos de trabalho desta sociedade, podemos afirmar que as determinações naturais se impõem sobre os anseios dos produtores, seja sobre *o que* pode ser produzido, *onde* pode ser produzido, bem como *o quanto*. Neste quadro, os elementos naturais de ordenação temporal estabelecem ciclos, durações, rupturas e ritmos que, a partir da dinâmica propriamente produtiva, se deslocam na direção das práticas sociais e as condicionam. O momento de despertar, o período do plantio, da colheita, da reprodução animal, da estocagem, todos atrelados a condicionamentos que escapam à vontade humana, mas que determinam sua subjetividade, os momentos de festejo, o descanso e o próprio sentido do desenvolvimento técnico. A relação entre sociedade e natureza tem nesta última o campo de possibilidades à ordenação temporal.

Nesta organização social “imaginada”, a velocidade com que as técnicas se acumulam sobre o território não foge ao tensionamento temporal posto pela natureza, uma vez que o sistema produtivo tem na própria relação com ela seu regulador rítmico. No momento em que a centralidade produtiva se desloca para um meio que tem sua própria existência estabelecida pela complementaridade negativa ao rural – a cidade, através da indústria –, o afastamento das barreiras naturais encontra um novo ritmo, dado agora pela reorganização das relações que tem apenas na técnica o seu limite.

Potencialmente fora da determinação estritamente sideral, a temporalidade impressa pela industrialização tem nos ciclos produtivos fabris – e no sentido próprio à produção do valor – um novo vetor de organização dos ritmos sociais. A duração de um arranjo geográfico passa a depender muito mais da velocidade dos fluxos demandada pela indústria do que qualquer agenciamento natural rural poderia suportar. Em realidade, o próprio ciclo reprodutivo do capital industrial passa a se impor sobre o ritmo extrativista do setor primário, bem como sobre as organizações sociais cuja temporalidade se construiu desde as demandas próprias da ruralidade. Limites produtivos dos solos são extensamente superados por correções químico-minerais e uso intensivo de maquinário; a disseminação de agrotóxicos e fertilizantes químicos encurtam os bio-ciclos vegetais; fármacos e

confinamento ampliam a capacidade reprodutiva dos estoques de animais. O volume de artefatos técnicos fixados no mundo se adensa e complexifica, amplificando o conjunto de relações simultâneas que se ordenam sob o mesmo ritmo. A noção de “aceleração” advém dessas duas vias: a do aumento e complexificação de eventos paralelos, simultâneos bem como da imposição de um ritmo técnico, orientado pelo capital, na organização e reprodução da sociedade. A modernidade pode ser vista, neste sentido, como demarcada pela reorganização do tempo geográfico própria à industrialização. Avista-se o que Reinhart Koselleck chamou de *alargamento do espaço de experiência*. Vamos a ele.

Reinhart Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa

Em seu livro de 1979, *Futuro passado*, Koselleck propõe um par categorial para fundamentar a “possibilidade da História”, ou seja, uma estrutura meta-histórica, de caráter antropológico, que apontaria à “condição humana universal (...) sem [a] qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 308). Afirmação grave, mas contextualizada e coerente à sua tese. Vejamos.

Buscando analisar a modernidade, Koselleck aponta como marcador de origem do período o acúmulo e ampliação escalar de eventos decorrentes da revolução copernicana, da reforma protestante e das navegações, criando um corpo de novidades impensável no período anterior (estamos falando da Europa ocidental, evidentemente), hegemônico pelo absolutismo e pela igreja católica; novidades cuja velocidade na produção de experiências era sobremaneira lenta em comparação ao período seguinte, principalmente, argumenta Koselleck, em decorrência da perspectiva escatológica reiterada de que o fim do mundo estaria próximo e, portanto, que o sentido do presente estava dado pelo apocalipse.

Este ‘acúmulo’ sugerido por Koselleck (*ampliação do espaço de experiência*, para já encaminharmos nossa proposta em acordo com ele) ocorre paralelamente a uma multiplicação dos projetos e perspectivas de futuro (*ampliação do horizonte de expectativa*), a medida que o catastrofismo cristão se esmorece. É deste tensionamento com o período anterior, onde novas experiências desestabilizam o tempo lento, ‘sideral’ para acompanharmos Pierre George, e novos horizontes transferem o Paraíso para um lugar num futuro terrestre, resultante da obra humana, que surge a ideia de *progresso*.

A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências

novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativas. Os limites de um e de outro se separaram (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 318).

Ora, na medida em que o processamento do passado era restringido por uma perspectiva catastrófica de futuro, o espaço de experiências e o horizonte de expectativas se confundiam, sendo o primeiro incapaz de oferecer acúmulo para tensionar o segundo, ao passo que este esvaziava de sentido tudo o que fosse progresso. Futuro e passado se confundiam no presente, enuviando uma temporalidade que desse vazão à História. Uma vez que experiência e expectativa começam a se preencher de conteúdo e sentido, distanciando-se enquanto regiões particulares da temporalidade, também a História encontra seu lugar no mundo, emergindo como possibilidade justamente nesse hiato que se forma entre futuro e passado. – Entenda-se aqui por História aquela propriamente hegeliana, preenchida por um sentido próprio dado a partir da noção de progresso, de ação humana permanente em direção à perfeição, ao Absoluto. – É, enfim, dessa distância que vai se abrindo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, que se cria a possibilidade do “grau zero” da modernidade: a revolução francesa.

O conjunto de eventos que marcam a Europa e seus laços na década final do século XVIII e início do XIX inauguram, na perspectiva de Koselleck, a modernidade. Este “tempo do mundo” aponta justamente à possibilidade de realização das expectativas, criadas a partir de um novo arcabouço de experiências. A ideia de que a ação humana orientada para o progresso pode, concretamente, imprimir conteúdo novo ao mundo, preenche de sentido a atividade presente: “(...) nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro” (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 318), ou seja, o passado não serve mais como predição, não há o que ser conservado, pois o futuro será produto do progresso. Ao mesmo tempo, toda a produção presente do espaço de experiências se faz orientada para o futuro e reafirma a verdade do progresso enquanto horizonte, afinal “(...) o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro” (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 313). *O sentido da experiência moderna estava no progresso*, propôs Koselleck.

Tanto mais se abria conteúdo novo à experiência, tanto mais se distanciava o horizonte: “ao contrário do tempo da natureza, o progresso adquire uma qualidade genuinamente histórica” (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 321): a aceleração. Desde a perspectiva por nós perseguida, o emergir da História é a subsunção do tempo geográfico natural, astronômico, a um propriamente social,

resultante desta anomalia chamada modernidade. O afastamento das barreiras naturais altera a experiência do tempo comum, colocando-o sob a esfera rítmica da realidade concreta própria ao sentido garantido pelo progresso: a indústria.

Victoria Arduino, 1922

A urbanização denominada “clássica”, própria à Europa ocidental, produz-se desde as demandas internas do capital industrial emergente, aumentando a densidade demográfica em áreas determinadas e reorganizando a geografia a partir das necessidades produtivas concernentes à indústria; a produção e o crescimento das cidades estão umbilicalmente atados às demandas de produção, circulação e consumo, subsumindo a esfera organizativa urbana à reprodução ampliada do capital. Esta urbanização de matriz industrial se realiza também, ao mesmo tempo, dentro do sentido amplo posto pela ideia de progresso e, portanto, compõe o quadro do espaço de experiência que se realiza e fundamenta na modernidade.

Se retomamos aqui o que foi dito páginas atrás, sobre o tempo geográfico se referir à ordenação temporal e ao movimento das relações entre sociedade e natureza em sua dimensão espacial, então *a alteração dessa ordem tem uma implicação direta no ritmo de constituição material de seu correlato espaço de experiência, sendo este tanto maior quanto mais intenso for o ritmo próprio às relações entre sociedade e natureza*, ao menos sob o sentido posto pela modernidade. A aceleração advogada por Koselleck, dada no afastamento entre experiência e expectativa em decorrência de suas respectivas e consecutivas ampliações, tem na geografia e em sua forma temporal específica uma base concreta fundamental, que garante sua realização e é por ela, a aceleração, induzida.

Este processo de estabelecimento de um tempo hegemônico (SANTOS, [1994] 2008), acelerado, carrega consigo o *necessário* estabelecimento dos lugares “fora da História”⁵, “fora do tempo”,

⁵ “Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura tenha acontecido nela – melhor dizendo, no norte dela – pertence ao mundo asiático e ao europeu. Cartago foi um momento importante e passageiro; mas como colônia fenícia pertence à Ásia. O Egito será abordado como transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano. Na verdade, o que entendemos por África é algo fechado sem história, que ainda está envolto no espírito natural, e que teve de ser apresentado aqui no limiar da história universal” (p. 88), o que autoriza afirmar que “Outro fato característico entre os negros é a escravidão. Os negros são escravizados pelos europeus e vendidos na América. Entretanto, em sua própria terra, sua sorte é, na prática, ainda pior: lá existe realmente a escravidão absoluta – já que o fundamento da escravidão é que o homem não possua consciência de sua liberdade e assim se degenera, tornando-se uma coisa sem valor. Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistentes” (pp. 85-86). Se assim é, então soa natural afirmar que “(...) para chegar à liberdade o homem tem que amadurecer. Portanto, a abolição progressiva da escravidão é algo mais apropriado e correto do que a sua abrupta anulação” (p. 88). Hegel. *Filosofia da História*, [1837] 2008. Liberdade, ainda que tardia (i.e. servindo aos propósitos europeus de expansão e dominação colonial capitalista).

vistos pela ótica do progresso como atrasados em relação ao tempo do mundo; ‘necessários’, pois mais do que produto do progresso, são a reserva espacial para expansão do capital que garante a prorrogação de sua crise. Tratam-se dos lugares que invariavelmente são atropelados pela acelerada ampliação dos espaços de experiência, mas cujo sentido posto pelo progresso se esvai junto com o deslocamento forçado de massas populacionais postas no cenário da pauperização, bem como com o desaparecimento de paisagens naturais que se preservavam e garantiam relativo equilíbrio nas relações internas próprias aos ritmos de reprodução da natureza, próprios a um tempo sideral e bio-cíclico.

Há uma conclusão de Koselleck que, à primeira vista, pode soar contra intuitiva, mas que logo se resolve, que vai assim: “Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa – eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo ‘progresso’” (KOSELLECK, [1979] 2006, p. 326). Ora, se tomamos por expectativa o projeto posto pelo liberalismo, republicanismo, socialismo etc., então a modernidade não foi menos do que uma linha de fuga permanentemente distendida a estes horizontes históricos, mas que justamente através de suas experiências concretas (acertos e fracassos obviamente em disputa entre seus proponentes e continuadores) acabaram saturando de conteúdo e, por isso mesmo, desgastaram seus horizontes. Se na modernidade a experiência não servia de base para a produção de expectativas, estas dependiam da novidade para reforçar a perspectiva progressista permanente de realização da História. A crise (aceleração) aberta pela revolução francesa encontra seus estertores, ou sua *reposição dialética* se pretendemos precisão, quando o sentido da aceleração se altera, deslocando esta a um novo patamar, onde o tempo geográfico tem seu ritmo ordenado não mais pela indústria, mas pelo capital financeiro. O próprio ritmo necessário à reprodução do capital industrial impôs à modernidade sua saturação expansiva, reorganizando o conjunto das relações tempo-espaciais onde o capital se assenta.

Quando a porca torce o rabo: TINA

A condição de expansão autoprodutora do capital, sua *causa sui*, opera como pressuposto justamente por sua necessidade de resolução de crises imanentes derivadas da superprodução e subconsumo – ou da tendência ao crescimento da composição orgânica do capital e da queda tendencial da taxa de lucro (MÉSZÁROS, 2002). A subsunção da produção ao controle capitalista cria uma contradição localmente “insolúvel”, onde o aumento da capacidade produtiva e demanda por consumo opera conjuntamente com a tendência à redução da necessidade de trabalho vivo, contradição que pode ser “solucionada” via expansão, via *ajuste espacial*, deslocando a contradição

para outros territórios. Esse movimento de expansão do capital garantiu que fossem aplacadas localmente as crises, separando trabalho e controle alhures, extraindo mais-valor e deslocando recursos em direção ao centro do capitalismo. O imperialismo, portanto, garantiu por longo período os ajustes necessários ao funcionamento do capitalismo. O “ajuste espacial”, porém, tem como limitação o próprio... espaço. Melhor dizendo, o *mundo*.

Uma vez que a possibilidade de expansão territorial do capital se esgota, desaparece junto a possibilidade de ajuste empregada até então. O movimento do capital em direção à totalidade tem, quando de sua realização, o cerceamento de seu próprio impulso expansivo, forjando uma crise de novo tipo.

As três décadas que sucederam o fim da segunda guerra mundial permitiram – demandaram, considerando o “espectro vermelho” que assombrava o ocidente – ajustes que amornaram as contradições essenciais do capital, realizando mais-valor nas economias centrais e deslocando o conflito de classes para as margens e para o futuro, via keynesianismo e endividamento. Os movimentos de libertação nacional e, finalmente, os choques do petróleo de 1973 e 1979 encerram este fluxo positivo ascendente e expansivo do capital. Desde uma perspectiva territorial, o capital se realizou como totalidade, separando a produção de seu controle, consumo e circulação no mundo todo, internalizando a contradição, e conseqüentemente a latência da crise, em todos os lugares. O ajuste, como forma de controle e deslocamento das contradições do capital, confronta-se então com um novo produto gestado por sua própria dinâmica: sua incontrolabilidade.

Por mais eficaz e contundente que seja a ação imperialista, no que diz respeito à subsunção da economia global aos interesses do epicentro dinâmico do capital; por mais monopolizado que seja o capitalismo contemporâneo, reduzindo sensivelmente o conjunto de atores dirigentes da economia, o capital tem como parte necessária de sua dinâmica a existência de forças centrífugas, justamente pela constância do ímpeto pela expansão acumulativa. Havendo interesses conflitantes, o Estado age para mediar os agentes e viabilizar a extração de trabalho excedente. Em um contexto de totalização do capital, inviabiliza-se a existência de um agenciamento também totalizado destas contradições. A universalização do capital é parteira de sua incontrolabilidade, dada a inexistência de um “Estado global” que gerencie os ajustes necessários nesta escala. Finda a expansão territorial do capital, encerra também a possibilidade do ajuste e o “adiamento do juízo final” parece cada vez menos como opção. Não havendo mais quase saída pela via da *expansão*, buscam-se então saídas

pela via da *intensidade* (MÉSZÁROS, 2002). É aqui o giro neoliberal apontado a partir da década de 1970.

O capital extrai mais-valor do trabalho excedente. Esta é a platitude da qual parte a economia política desde Adam Smith, mas sobretudo desde Marx. A expansão planetária capitalista buscou solucionar as crises decorrentes da contradição que opera nesta constatação inicial via incorporação de mais trabalho vivo e consumidores à cadeia produtiva do capital, viabilizando sua acumulação contínua. Refreando a possibilidade expansiva desta dinâmica, decorrente da totalização do sistema do capital, o ajuste necessário para viabilizar a expansão da acumulação se transfere da incorporação de novos agentes para a alteração do modo de exploração do trabalho e de sua relação com o meio. Será a operação deste conjunto bastante heterogêneo de alterações, visando driblar momentânea e localmente a crise, repetidas e difusas vezes, que passará a ser identificado como neoliberalismo. Trata-se da forma particular de gestão do capital em seu momento de crise permanente. Alguns elementos desta nova dinâmica nos importam com maior centralidade, mas todos convergem no mesmo sentido: a *necessidade irrefreável de aceleração do tempo de giro do capital*.

* * *

No dia 9 de abril de 2013 a música *'Ding dong! The witch is dead!'* se tornou a faixa com o maior número de downloads na Amazon UK.⁶ Foi com este gesto que a classe trabalhadora britânica brindou o falecimento por AVC, no dia anterior, de Margareth Thatcher. 33 anos antes a “Dama de ferro” deixava o cargo de primeira-ministra do Reino Unido, tendo como principal legado, segundo suas próprias palavras, o convencimento “no espírito” dos próprios trabalhistas de que *não há alternativa* ao capitalismo e que a direção privada da economia não apenas é positiva como deve ser garantida a qualquer custo (FISHER, 2020).

Ressuscitando teses austríacas de meio século antes, forjadas às margens do lago Genebra, em Mont Pèlerin, Thatcher propôs uma reestruturação das funções políticas e econômicas do Estado, com este passando de mediador das contradições entre produção e controle, via ajuste espacial e políticas de bem-estar, para garantidor contra-arrestante da queda da taxa de lucro. Políticas de austeridade e privatização, bem como controle de uma classe trabalhadora frustrada, demandaram nova forma de ação estatal, onde seu papel “mínimo” na economia foi “máximo” em termos de

⁶ <https://g1.globo.com/musica/noticia/2013/04/apos-morte-de-thatcher-faixa-sobre-bruxa-de-oz-lidera-parada-britanica.html>

estrutura jurídica e policial. Em 1984 Thatcher derrota uma grande greve de mineiros, que se opunham ao fechamento de minas de carvão em solo britânico, sendo este o último suspiro trabalhista antes de serem engolfados pelo consenso neoliberal.

Do outro lado do Atlântico, consolidava-se o ajuste proposto por Paul Volcker em 1979, presidente do Federal Reserv Bank, ratificado e adensado pela derrota de Carter para Ronald Reagan e 1980. Conhecido como “choque Volcker”, o ajuste proposto buscava dirimir os impactos inflacionários e de constrição econômica que assombravam a economia estadunidense, fazendo-o mediante aumento abrupto da taxa de juros. Dentre os impactos imediatos mais sensíveis estiveram a crise da dívida de países dos quais os EUA eram credores, sobretudo na América Latina, além do esfacelamento da indústria nacional estadunidense, achatando a classe trabalhadora e mingando os sindicatos. O monetarismo, rebocando “desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários, além e ataques ao poder sindical e profissional” (HARVEY, 2014, p. 34), termina por viabilizar a necessária intensificação da extração de trabalho excedente, bem como seu escoamento, bloqueados pela limitação dos ajustes espaciais.

A inversão da expansão em intensificação como forma de ajuste, porém, também encontra seu próprio expansionismo. O neoliberalismo, que tem o Reino Unido e os EUA como *locus* germinativo, viabiliza seus mecanismos de universalização e garante a sobrevivência do capital nos extertores do século XX, reforçando o dinamismo de sobretrabalho, porém sobre novas bases.

No período 1982-84, decorrente do aumento dos juros pelo choque Volcker, o México se viu obrigado a pedir a moratória de seus empréstimos junto aos EUA. O FMI e o Banco Mundial, associados a Reagan, contudo, encontram no reescalonamento da dívida mexicana uma possibilidade de exportação das reformas neoliberais. O México se torna, assim, o primeiro teste de ajuste macroeconômico do que virá a ser “formalizado” como Consenso de Washington: cortes em investimento público e programas sociais, privatização, desregulamentação de leis trabalhistas, universalização da financeirização, transitando assim o ônus do risco do credor para o tomador, seja qual for o custo social para tal (HARVEY, 2014).

“Presente puramente fungível”

(...) anulando a distância histórica que o separava da experiência retida (...), o futuro inexperimentável, irreconhecível como tal, infiltrou-se inteiramente no presente, prolongando-o indefinidamente como uma necessidade tão mais necessária por coincidir com um futuro que em princípio já chegou (ARANTES, 2014, p. 64).

É próprio ao mercado financeiro, especulativo, o encurtamento do tempo de giro do capital, buscando o realizar de modo mais breve possível para que logo possa retornar ao “mercado”, como forma de (1) garantir mais uma rodada de dividendos e (2) lançar, provisória e novamente, o risco⁷ para o futuro. Ironicamente, o mercado “especulativo” (ponderar sobre o futuro) e de “investimento” (poupar no presente para usufruir no futuro) tem seu funcionamento dado pela realização presente (dinheiro entrando) da valorização futura (valorização fictícia e reinserida no próprio sistema financeiro), o que altera a posição do horizonte de expectativas, uma vez que estas encontraram sua realização já no imediato, sem a distensão do ponto de fuga da realização da História própria à modernidade. O capital futuro pode, enfim, se realizar no presente. O vislumbre de uma valorização acionária futura faz com que o título financeiro se valorize hoje e amplie o fundo de capitais disponíveis a uma nova rodada de investimentos, prorrogando a própria necessidade de valorização real daquele título.

Mas se o presente se torna o campo de realização do futuro, a experiência perde seu caráter moderno de acúmulo orientado e ao mesmo tempo distanciado do futuro. O presente, que demandava e produzia acúmulo voltado para o progresso, passa a ter um conteúdo que garante o necessário encurtamento do horizonte de expectativas. A experiência pós-moderna, que tem sua raiz na oposição transcendental à sisudez e ao lastro idealista do alto modernismo, este voltado à realização planejada e orientada da “humanidade”, cria um novo campo material e cultural do presente que tem seu horizonte centrado nesta mesma oposição, i.e., no próprio passado enquanto algo a ser superado, mas superado sem uma orientação histórica.

A gestão deste “novo tempo do mundo”, o neoliberalismo propriamente dito, reorganiza a produção concreta da realidade de modo a garantir esta nova temporalidade acelerada da superação da modernidade, o que demanda subsumir o tempo geográfico a um ritmo financeirizado. Se voltarmos nossa atenção à produção das cidades, em particular de uma metrópole como São Paulo, evidencia-se o papel fulcral dos fundos imobiliários, cujo ritmo de valorização se põe desde as necessidades inerentes ao capital especulativo, mas que tem seu lastro de realização na produção imobiliária. Cria-se um conteúdo voltado ao presente que se realiza tão logo o investimento retorne ao mercado de capitais.

⁷ O risco do prejuízo é também o risco sistêmico posto pela crise permanente do capital, desencadeada pela saturação da solução espacial moderna à queda tendencial da taxa de lucro (MÉZSÁROS, 2002).

O espaço de experiência passa então por um duplo e simultâneo movimento: ele se expande em um novo ritmo, mais intenso do que o moderno, e retrai a própria relevância histórica desta experiência, pois esta perde seu sentido tão logo se encerre o ciclo de investimento naquela área. A experiência retida, que perdura, se torna justamente aquela fora da História, do tempo não-hegemônico, que é inserida no campo especulativo como reserva de mercado, como frações urbanas para onde uma nova onda de reorganização das relações espaciais e temporais poderá se deslocar, no afã de realizar os investimentos imobiliários.

Convivem, neste novo cenário, áreas onde o capital se realiza e o ritmo das relações entre sociedade e meio se intensifica, instabilizando estas relações e as tornando menos duradouras, sendo assim superadas por novas formas de organização tempo-espaciais em intervalos de sucessão mais próximos; isso ao lado de áreas onde a expectativa de “inserção na História” se dá mediante a expectativa de que, quando esta chegue, o tempo acabe. Com o alargamento do volume de experiências na quadra neoliberal, a ausência de um horizonte as transforma em pura efemeridade, “um presente puramente fungível, no qual o espaço e as psiques possam igualmente ser processados e refeitos à vontade” (JAMESON, 1997, p. 29).

* * *

Rodrigo Turin, em seu texto *Presentismo, neoliberalismo e os fins da história*, afirma que “o tempo apressado da economia, esse tempo da urgência, não podendo se erigir como regime de historicidade substituto, apresenta-se antes como um tempo de crise, formado por um presente volátil, que se vaporiza diante da acelerada expectativa do futuro imediato” (TURIN, 2019, p. 250). A hipótese é a de que a quadra neoliberal, ao reduzir a relação entre passado e futuro às urgências do presente derivadas da economia, termina por impossibilitar a sedimentação de um *regime de historicidade*, i.e., de “conceitos, formas narrativas e símbolos que estrutur[am] um modo de representar o tempo, configurando sínteses possíveis e reconhecíveis entre passado, presente e futuro” (TURIN, 2019, p. 250), fazendo do contemporâneo uma experiência contínua do cotidiano imediato. Concordando com estas posições, afirmamos a importância de encontrar na alteração do tempo geográfico – e em suas determinações econômicas – as bases de compreensão desta “impossibilidade do novo” (FRASER, 2020).

Conclusão

O conjunto de análises aqui apresentado reitera a pertinência da abordagem temporal na ciência geográfica. O diálogo entre geografia e história, já há muito entendido como indispensável, pode encontrar instrumentos eficazes voltados à análise social crítica, na aproximação do cabedal de categorias do tempo geográfico com a filosofia da história, neste texto apresentado na forma das noções de espaço de experiência e horizonte de expectativas, segundo formulação de Reinhart Koselleck.

O que se pôde observar é que a geografia, enquanto dado da realidade derivado da relação entre sociedade e natureza, tem em sua dinamização temporal uma participação substantiva na composição do espaço de experiências e, tanto por isso, fundamenta a constituição do horizonte de expectativas de seu tempo. Assim, a afirmação de que o neoliberalismo induz a uma aceleração do cotidiano traduz-se como uma modificação na temporalidade da relação entre sociedade e natureza, constituindo uma realidade material cujo intenso ritmo de alterações (sua instabilidade) inviabiliza sua incorporação pelo ser social enquanto fundamento para uma prospecção de futuro, ao mesmo tempo em que este, dadas as condições específicas posta pela financeirização própria à crise permanente do capital, aparece na forma do presente ao realizar hoje o risco, sempre distendido, do amanhã.

Este cenário de alienação completa da geografia⁸, ao destituir a sociedade da capacidade de produzir o novo, também breca a possibilidade de realização da história, sobrando apenas o tempo presente, permanentemente acelerado, como experiência do mundo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FISHER, M. *Realismo capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, M. *Fantasma da minha vida*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

⁸ Neste texto foi dada centralidade à observação da relação entre o urbano e o tempo geográfico e suas pontes com o regime de historicidade. A interface entre os ciclos da natureza e o afastamento das barreiras naturais também sugere um papel importante na alteração da relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa: “A perspectiva de uma catástrofe ecológica significa que a disjunção entre o tempo vivido pela experiência humana e as durações mais longas agora não é apenas uma questão de contemplação metafísica, mas uma questão urgente de preocupação política” (FISHER, 2022, p. 278). Sobre isso deverá ser dada atenção específica em pesquisa futura.

- FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GEORGE, P. *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro: Forense, [1966] 1969.
- GEORGE, P. O tempo geográfico. *Boletim Geográfico*, ano 29, n. 214, 1970.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.
- HEGEL, F. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 2008.
- JAMESON, F. As antinomias da pós-modernidade. In: _____. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, [1979] 2006.
- MARSH, G. *Man and nature*. Cambridge: Belknap press, [1864] 1965.
- MARTINS, E. *Geografia e filosofia*. Tese de livre docência. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2017.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, [1995] 2002.
- MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2013.
- POMIAN, K. *Enciclopédia Einaudi: Tempo/temporalidade: v. 29*. Lisboa: Imprensa nacional, 1993.
- RECLUS, E. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo: Edusp, 2015.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Edusp, [1994] 2008.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, [1996] 2008.
- TURIN, R. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. in: AVILA, A. (Org.); NICOLAZZI, F. F.; TURIN, R. (Org.) . *A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019.
- VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOBRE O AUTOR

Tom Adamenas e Pires. Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH / USP (2014) e mestrado em Geografia Humana na mesma instituição

(2019). Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH / FFLCH / USP), sob orientação do prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins, com pesquisa na área de Teoria e Método em Geografia. Atua essencialmente com os temas: Ontologia; Epistemologia; Geograficidade; História do Pensamento Geográfico; Marxismo; Teoria e Método em Geografia. Email: tom.pires@outlook.com